

A UNIÃO DAS CORÓAS DE PORTUGAL E DE SABÓIA NO SÉCULO XVII

Em oito séculos da história portuguesa três matrimónios se celebraram entre as casas reinantes de Portugal e de Sabóia: Logo em 1146, pouco tempo antes da tomada de Santarém e de Lisboa aos mouros, o do primeiro rei de Portugal D. Afonso Henriques com a princesa Mafalda, filha do conde Amadeu III de Sabóia e Mauriana e de Matilde de Albon; no século XVI, em 1521, o de D. Beatriz, filha de D. Manuel, o Venturoso, com o duque Carlos III; e no século passado, em 1862, o de D. Luiz, ante-penúltimo rei de Portugal, com D. Maria Pia, filha de Victor Manuel II, o *Re Galantuomo*, tão festejado no seu tempo em quasi todos os sectores da vida política portuguesa.

Alexandre Herculano confessa na sua *História de Portugal* desconhecer as razões que houveram determinado o nosso primeiro rei, descendente de príncipes da Borgonha, a procurar mulher na côrte de Sabóia.

Houve-as seguramente. Quais teriam sido? Parentescos da casa de Borgonha com a de Sabóia? Qualquer influência pontifícia, presumível do facto do primeiro rei de Portugal se haver constituído tributário da Santa Sé? Relações comerciais, culturais, diplomáticas, directas, entre Portugal e as côrtes e repúblicas de Itália?

Dos parentescos dos príncipes de Borgonha e do conde Amadeu, concluiu vagamente Herculano. As influências pontifícias ou eclesiásticas, as relações seguidas de Portugal com os príncipes e repúblicas italianas, em todo êsse período da vida externa de Portugal tão mal estudada ainda, autorizam porventura tal presunção da feliz determinação de Afonso Henri-

ques e dos seus conselheiros nessa escolha, para primeira rainha de Portugal, da princesa Mafalda de Sabóia, que ficou entre nós a mãe excelsa de quatro dinastias. E foi rainha como o eram as espôsas dos reis medievais, mais do que simples companheiras de trono e de tálamo. Assinou com o marido muitos dos documentos da governança portuguesa, política e administrativa.

Não foi menos feliz o casamento de D. Beatriz com o duque Carlos III. Feliz, naturalmente no sentido da prestigiosa descendência que tiveram. O reinado de ambos foi acidentado. Mas dêles descenderam, entre outros notáveis príncipes, os duques Manuel Felisberto, Carlos Manuel I, Carlos Manuel III, etc., para só citar os mais antigos; e o nome de *Manuel*, que não deixaram de usar os príncipes de Saboia, torna D. Manuel, o Venturoso, mais que um antepassado, um secular padrinho português dalguns dos reis da Itália una e ressurgida.

Pelos fins do século XVII outro casamento de príncipes de Portugal e da Saboia se ajustou: o da princesa D. Isabel Luiza Josefa, filha única de D. Pedro II (então ainda príncipe regente) e de D. Maria Francisca Isabel de Saboia-Nemours, com o duque Victor Amadeu II, filho de Carlos Manuel II e de Joana Baptista de Saboia-Nemours, a chamada *Madame Real*, irmã da rainha de Portugal.

A princeza de Portugal nasceu em 1669 e, logo pouco depois do seu nascimento, lhe apareceu o primeiro noivo, apresentado pela recomendação do abade de Saint-Romain, em nome de Luiz XIV. Era êle o pequeno duque de Anjou, neto do rei francês. Quási ao mesmo tempo o conde de Oropesa propunha para noivo da princesa o seu real amo, o pobre Carlos II, de Espanha, criança também, por cuja morte, passados cêrca de trinta anos, ia eclodir a guerra da Sucessão.

A rainha e o príncipe-regente de Portugal davam, sem dúvida, atenção bastante a estas propostas de casamento da pequena princesa. Mas as inclinações da rainha, muito chegada a Luiz XIV, com quem se carteava, eram para um genro da casa real francesa, à qual ela própria estava ligada.

Entre os negociadores ou conselheiros do casamento da princesa aparece-nos o padre António Vieira, que primeiro patrocinou as pretensões do príncipe D. Duarte de Parma, o qual, no seu entender, devia ser preferido aos filhos do eleitor da Baviera e do duque de Neuburgo, que, parece, também se apresentavam como pretendentes. E, com o saber das experiências feito, opinava e muito bem o grande homem que o Estado a que Portugal devia unir a sua corôa por tal casamento, que lhe trazia um príncipe estrangeiro (que não poderia ficar a reinar sôbre portugueses, no caso de morte da princesa sem sucessão, nem seria digno deixar sem o tratamento devido à sua gerarquia em tal hipótese) devia ser um pequeno Estado com o seu príncipe reinante, para não correr Portugal o risco de ser êle o levado a estranhos, mas sim para êsse Estado ser trazido a Portugal. E assim eliminava sãbiamente tôda a possibilidade de tal noivo, príncipe reinante ou herdeiro presuntivo de qualquer corôa, poder vir da França ou da Espanha. Iam naturalmente os olhos do arguto padre para a Alemanha católica ou para a Itália, coalhadas de príncipes. Dizia mesmo: «Não devemos comprar um cativo, mas adquirir um domínio.»

Andava por essa mesma altura em Lisboa, como embaixador do Rei-Sol, um senhor de Guénégaud, cujos papéis muito devassou o benemérito visconde de Santarém, ⁽¹⁾ e que, visivelmente muito dedicado ao amo, lhe escrevia impertinentemente ⁽²⁾ que não podia êle deixar de representar a El-Rei de França com quanto dissabor via que se tratava de levar a casas estrangeiras uma corôa que tivera por fundador um príncipe da sua e que lhe parecia devia naturalmente vir ao príncipe de Conti, só se a vaidade dos portugueses os não fizesse olhar como obstá-

⁽¹⁾ *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potências do Mundo, desde os princípios da Monarquia Portuguesa aos nossos dias*, tomo IV, parte 2.ª, pág. CCXCXVII e 650 a 676.

⁽²⁾ Manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, códice 137, citado pelo Visconde de Santarém no seu *Quadro Elementar*.

culo invencível a aliança da casa dos Martinozzi. Acrescentava o zeloso diplomata que também tinha suspeitas de que se procurava casar a infanta com o príncipe de Parma e assim pedia a Luiz XIV que houvesse de dar-lhe as suas ordens, se porventura lhe merecia algum interesse a escolha do futuro rei de Portugal.

Por aqui se vê que o senhor de Guénégaud pensava da corôa portuguesa o que, pouco mais dum século antes, pensara Catarina de Médicis, ao pretender para o rei de França a corôa vaga de Portugal, ⁽¹⁾ por entender que ela pertencia aos representantes dos Borgonhas, donde viera o pai do primeiro rei de Portugal.

E Luiz XIV não se desinteressava de nenhum modo do casamento da princesa de Portugal. Entendia mesmo que ela devia ter um marido de *sa main*. E olhava para os príncipes de várias idades, que podiam servi-lo.

Até certa altura o casamento da princesa com o príncipe de Conti, ramo segundo dos Bourbon-Condé, pareceu bem acolhido por Luiz XIV. E assim se conta que, tendo morrido a duquesa da Baviera e caído por isso em esquecimento o projecto do matrimónio de D. Isabel com o filho da falecida, escreveu um dia a rainha D. Maria Francisca de Portugal à irmã, a duquesa viúva de Sabóia, e ao famoso cardeal d'Estrées, certamente muito das suas relações, pedindo-lhes a opinião sobre quem devia ser o noivo da herdeira da corôa de Portugal. O cardeal aconselhou o príncipe de Conti, o que não agradou todavia à rainha, e disse-se que chegou a estar em Lisboa para a convencer a este matrimónio, com missão muito especial de Luiz XIV e do cardeal, um senhor Fouchet, que não sabemos quem fôsse.

A mudança de noivo, atribuída a Luiz XIV, que, depois de propor um príncipe da sua família, aparecia a apoiar o casa-

(1). Em 1580, entre outros pretendentes à corôa de Portugal, um dos quais era também o duque de Saboia, Manuel Felisberto, como neto de D. Manuel I e portanto com direitos semelhantes aos de Filipe II de Espanha.

mento da princesa com um fidalgo, como o pequeno príncipe François-Louis (que não deixava aliás de estar aparentado com a realza ⁽¹⁾ e chegou a ser eleito em 1697 rei da Polónia) desagradou também aos portugueses.

O padre António Vieira, que sustentara as vantagens do duque de Parma, defendia depois a candidatura do filho do príncipe da Toscana com hábeis razões. Mas no Conselho de Estado, em que parece ter vencido a vontade da rainha, contrariada apenas por dois corajosos votos, além do do padre António Vieira, acabou por assentar-se na preferência ao duque de Saboia.

Conta-se que veio então a Lisboa, para as primeiras conversas, o prior Spinelli e que foi a Turim um Senhor d'Ancourt ou d'Aucourt, ascendente do biógrafo da infanta, d'Ancourt Padilha ⁽²⁾, de quem teremos ocasião de falar muito. Em 14 de Maio de 1679 assinavam-se os artigos do contrato ou tratado.

Deve dizer-se que também começaram logo em Lisboa as oposições de nacionais e de estrangeiros a este novo projecto matrimonial. O Senhor Spinelli não foi sempre bem recebido em Lisboa e a diplomacia espanhola, que sabia ter a sua influência na corte portuguesa, fazia ao duque de Saboia uma guerra surda e teimosa.

Porque esta opposição da diplomacia castelhana às pretensões de D. Maria Francisca e da sua irmã, a Madame Real? Havia muito que na corte de Lisboa bulhavam as influências francesa e castelhana e o casamento da princesa de Portugal com o príncipe de Saboia, com a concertada união das duas

(1) Era irmão do príncipe Luiz Armando que desposou Mademoiselle de Blois filha natural de Luiz XIV e de Madame de La Vallière.

(2) O nome completo do biógrafo é Pedro Norberto d'Ancourt Padilha e o do livro é *Memórias da Sereníssima Senhora D. Isabel Luiza Josefa, que foi jurada princesa deste reino de Portugal, Lisboa, 1748*. Aproveitamos a ocasião para agradecer ao Sr. Mário de Sampaio Ribeiro o conhecimento que lhe devemos desta obra.

corôas, chegava a ser considerado em Madrid uma provocação que podia lançar as nações da Europa numa guerra.

Tôdas estas cousas constam dos relatórios do senhor de Guénégaud.



Entretanto a Espanha procurava oferecer ao duque de Saboia, para espôsa, uma filha do Imperador, oferecimento que não devia ter tido grande aceitação.

A côrte de Lisboa, porém, fazia-se surda a tôdas as oposições e a tôdas as intrigas. E, em 5 de Setembro de 1679, o príncipe regente notificava aos tribunais e comunicava ao núncio do Papa a ratificação do tratado matrimonial. Em 8 do mesmo mês era entregue aos enviados da França, de Castela e de Inglaterra, em Lisboa, a nota de que «havendo-se ajustado felizmente o casamento da Senhora Infanta com Sua Alteza Real de Saboia, de cujo tratado chegara agora a ratificação, mandava Sua Alteza participar a cada um dos diplomatas essa notícia».

Luiz XIV, é claro, sabia tudo o que se ia passando e empenhava-se tanto a favor do casamento com o duque de Saboia, quanto a Espanha lho contrariava. O casamento era, sem dúvida, obra sua e tivera nas duas irmãs de Lisboa e de Turim, então capital do duque, duas preciosas colaboradoras. Progredidas a tal ponto as negociações, mandou oferecer ao príncipe regente navios da esquadra francesa, para trazerem a Portugal o jovem duque saboiano que conveniente era residir aqui, para se habituar aos portugueses, seus futuros subditos.

Mas não era apenas a oposição aos intentos da Espanha em Portugal que impelia Luiz XIV a tomar tal interesse no casamento. Lê-se, não apenas nos historiadores portugueses, mas nos italianos e franceses, que Sua Majestade Cristianíssima, servido pela dedicação cega de Madame Real, procurava assim

apossar-se mais facilmente da Saboia e do Piemonte, privados por tal processo da pessoa do seu soberano, porque natural era — e Luiz XIV o procurava — que Victor Amadeu acabasse por preferir para sua residência o reino e possessões, cuja corôa soberana a mulher lhe levava em dote, aos pequenos estados que herdara do pai.

Os saboianos, que a duqueza viúva não conseguia arrastar ao seu partido, viam sobre o seu território todo o perigo da cobiça dum poderoso vizinho como Luiz XIV, que assim lhes levava o duque e sabia fazer obedecer-se cegamente pela provável regente. Por outro lado, certo manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa ⁽¹⁾, diz-nos, exagerando talvez, que se chegava a matar saboianos e que os irmãos da Ordem Terceira do Carmo serviam-se das tochas para bater nos criados e nos machos da liteira do embaixador saboiano.

Mas o regozijo oficial impunha-se e os preparativos em Portugal para o casamento activavam-se. O príncipe regente, em 17 de Janeiro de 1678, convocara côrtes, chamadas a revogar as disposições das então muito acreditadas côrtes de Lamego, de D. Afonso Henriques, que exigiam que as princesas portuguesas, quando herdeiras da corôa, só pudessem desposar príncipes de sangue português. «*Se o rei de Portugal não tiver filho varão e tiver alguma filha, esta será rainha depois do rei morrer, com a condição de que ela tomará por esposo um português*», tal o texto, verdadeiro ou apócrifo, a revogar por esta vez, a favor de D. Izabel e do duque de Saboia. O motivo da dispensa era visível a todos. Não havia em Portugal príncipe de sangue para poder aspirar à mão da herdeira da corôa.

⁽¹⁾ Manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, F. G., cód. 9844, fl. 91, obra do conde de Povolide, Tristão da Cunha, nascido em 1655 e falecido em 1728, citada na *Notícia de alguns Memorialistas Portuguezes do princípio do século XVIII*, do Sr. Gastão de Mello de Matos.

E as côrtes votaram naturalmente a dispensa, que foi publicada em 11 de Dezembro de 1678.



Assinou-se, pois, o contracto, que não nos atrevemos a chamar nupcial ou antenupcial, porque não o encontramos em nenhum arquivo, nem nas colectâneas das várias que têm sido publicadas de documentos de tal natureza. Existirá em Turim?

Mas conhecem-se as suas principais disposições pela participação que do facto fez D. Pedro à Câmara Municipal de Lisboa, em carta que não anuncia apenas o casamento da princesa herdeira, mas a *união das duas corôas de Portugal e da Saboia*.

E tudo ficou, pois, tão ajustado a sério que uma esquadra se preparou para ir buscar o noivo a Nice e trazê-lo a Portugal.

A Carta régia de 5 de Setembro de 1679 ⁽¹⁾ à Câmara de Lisboa assim dizia textualmente:

«Vereadores e procuradores da câmara de Lisboa e procuradores dos mestres dela, eu, o Príncipe, vos envio muito saudar. Conhecendo ser a minha primeira obrigação tratar, com particular vigilância e cuidado, da segurança e conservação do reino, cujo governo, por benefício de Deus, me é encarregado, e respeitando ser o meio, a esse fim mais necessário, o estabelecimento na continuação da sucessão real, vendo-me com uma única sucessora, a infanta, minha sôbre tôdas muito amada e muita prezada filha, atendendo à idade em que já se acha, e prevendo os inconvenientes da dilação, me resolvi a tratar eficazmente este importante negócio; e pela familiar e sincera

correspondência nascida dos antigos e modernos vinculos de parentesco das casas reais de Portugal e Saboia, interesses comuns, recíproca propensão e disposição, felizmente se me propôs, tratou ajustou, e, finalmente, capitulou o casamento do sereníssimo duque de Saboia com a infanta, minha sôbre todos muito amada e muito prezada filha, e a união dos estados; e porque agora chegou a ratificação vo-lo faço logo saber, por vos não retardar o justo contentamento que deveis ter, e para que da vossa parte não faltem as demonstrações de alegria em uma acção de que resulta tanta utilidade à tranquilidade pública e bem universal do reino».



Nesse mesmo dia 5 de Setembro de 1679 um aviso do secretário de estado Francisco Corrêa de Lacerda para o escrivão do senado da Câmara fazia saber que naquela «quinta-feira pela manhã, que se contavam sete do corrente, haviam de ir Suas Altezas à tribuna a dar graças, e se hade cantar *Te Deum* pelo casamento da senhora infanta, e nesse dia e nos dois seguintes hade haver luminárias, repiques e salvas de artilharia em tôda a cidade, castelos e tôrres da barra; manda-mo Sua Alteza avisar a V. Mercê, para que o faça presente no Senado e se dispôr o que elle toca, como se fez em ocasiões semelhantes».

E durante três dias se puzeram luminárias, por decreto do mesmo dia comunicado ao Senado da Câmara.

A cerimónia dos esponsais realizou-se no dia 25 de Março de 1682, sendo o duque representado pelo seu enviado extraordinário, o marquês de Ornano, que havia feito em Lisboa a sua entrada solene em 10 dêsse mês.

Diz Eduardo Freire de Oliveira, que estamos seguindo nesta documentação da acção da Câmara de Lisboa em tôdas as solenidades de então, que não há no arquivo municipal qualquer documento relativo aos festejos que se fizeram a esta embaixada. Sabe-se que veio com ela a primeira companhia de ópera

⁽¹⁾ *Elementos para a História do Município de Lisboa*, de Eduardo Freire de Oliveira, tomo VIII, pág. 361.

italiana, que provocou «tanto escarneo como depois apreço», escreveu o Senhor d'Ancourt Padilha ⁽¹⁾.

No dia 10 de Maio, diz ainda Eduardo Freire de Oliveira que se efectuou um *auto de fé*, que não sabemos se teve alguma ligação com os festejos à embaixada.

A descrição da entrada da embaixada saboiana em Lisboa nesse dia 10 de Março de 1682 merece ser transcrita das *Memórias* do Senhor d'Ancourt Padilha.

Sabemos que a embaixada era chefiada pelo marquês de Ornano, o qual tinha os poderes de embaixador e trocou então os retratos dos noivos. O da princesa foi-lhe dado num rico anel.

O introdutor ou condutor da embaixada pelas ruas de Lisboa foi o jovem marquês da Fronteira, D. Fernando Mascarenhas, à frente dum cortejo, certamente luzido, que se compôs de todos os coches da nobreza, de cinco coches do príncipe e de quatro da rainha. No seu coche principal, dava o marquês da Fronteira a direita ao embaixador, servido por dezoito lacaios e oito pagens.

A primeira audiência foi no palácio da Ribeira, na chamada Sala do Forte, onde D. Pedro deu recepção à embaixada. Dali passaram embaixador e comitiva ao palácio do Côrte Real, a magnífica residência que fôra dos marqueses de Castelo Rodrigo, desde D. Cristóvão de Moura que o construíra, e que, com a Restauração, passara à Casa do Infantado. Nele estavam a rainha e a princesa, que com o natural agrado receberam a embaixada do seu futuro senhor.

No dia 25 foi a audiência solene ou o acto oficial dos desposórios, no qual o embaixador jurou, por procuração do seu soberano, contrair matrimónio com a princesa de Portugal e o duque de Cadaval prestou idêntico juramento, por procuração da princesa.

(1) Deve rectificar-se aqui a notícia da estada do próprio duque de Sabóia em Lisboa em 1682, dada por lapso em artigo do autor sobre *A Música Italiana em Portugal*, publicado no n.º 3 dos *Estudos Italianos*. Não esteve o duque, mas a embaixada, a que se refere o presente artigo.

Depois o embaixador do duque ofereceu à princesa o fio de pérolas riquíssimo que para ela trazia e que disseram ser o mesmo que, pouco mais de um século e meio antes, D. Manuel, o Venturoso, dera a sua filha D. Beatriz, noiva do duque Carlos III.

Sabe-se que no contrato assinado se estipulava que o príncipe regente daria ao noivo, à escôlha, a posse da Casa de Bragança ou da do Infantado, havendo o príncipe D. Pedro acabado por doar à princesa em 26 de Abril de 1682 a casa de Bragança.

Fora dos palácios do príncipe e da rainha, sabemos bem como o povo murmurava. Numa procissão da Sé a S. Domingos, na qual foi incorporada a imagem de S. Jorge a cavalo, êste «despediu-a de si»—conta d'Ancourt Padilha—e o povo tomou-se de maus agouros, ao ver a imagem do santo por terra. Logo houve quem dissesse que o alegre triunfo daquele dia mais podia chamar-se uma pompa fúnebre, «com que os portugueses iam a sepultar a linha masculina dos seus reis».

Entretanto D. Pedro escrevia a Luiz XIV a dar conhecimento do casamento. A carta foi enviada ao representante de Portugal em Paris, Salvador Taborda Portugal, para a entregar a Sua Majestade Cristianíssima, o grande interessado no casamento, e D. Pedro dizia-lhe nela «assim entender que seria muito agradável a El-Rei de França esta nova aliança».

No dia 23 de Maio partiu enfim a embaixada portuguesa que ia buscar o duque. E a Lisboa oficial ficava a preparar-se para a recepção.

Já no dia 3 de Abril o príncipe ordenava:

«Por ser justo e devido que o duque da Saboia, meu bom irmão e primo, seja recebido, logo que chegar a êste pôrto e no dia da sua entrada, com demonstrações de alegria e contentamento, e que todos meus vassallos mostrem o grande amor com que o esperam e recebem, encomendo muito ao Senado da Câmara desta cidade que, nesta ocasião tão importante e de tanto gosto para o reino, disponha as luminárias que se hão de fazer

assim no dia que chegar, como no dia da entrada em Lisboa e os dois seguintes, e o ornato das ruas e arcos e tudo o mais que lhe parecer que pede a ocasião que costuma fazer nas semelhantes».

O Senado da Câmara, sete dias depois, consultou o príncipe sobre a parte da cidade, por onde o duque de Saboia fazia a sua entrada, e as ruas por onde se havia de continuar a recepção, e se par o acto devia haver pátio e prática na parte em que se costumava fazer.

O príncipe respondeu por despacho escrito à margem da consulta:

«A parte por onde se hade fazer a entrada hade ser a mesma por onde se fez a da princesa, minha sôbre tôdas muito amada e prezada mulher, e na mesma forma e pelas mesmas ruas; e se hade fazer prática na parte em que se costuma fazer, e não hade haver pátio senão na Sé; e, quanto à oferta das chaves, a seu tempo resolverei o que mais convenha».

A Câmara voltou a consultar o príncipe em 29 do mesmo mês, por motivo de dificuldades financeiras em que se encontrava para levar a efeito a execução do programa da recepção do duque de Saboia, «com as demonstrações de alegria e contentamento com que os leais corações dos vassallos de Sua Alteza costumavam celebrar as acções dos seus príncipes».

Em 18 de Junho voltou a idêntica consulta.

Em Lisboa era costume, muito antigo as colónias estrangeiras associarem-se aos festejos reais, o que pôde vêr-se luzidamente na recepção de 1619 a D. Filipe II de Portugal e III de Castela, quando visitou Lisboa, e na entrada de várias rainhas.

No arquivo da Câmara aparece, no caso da recepção ao duque de Saboia, uma consulta a propósito do fabrico do arco do portal da Sé, à qual a colónia francesa parece ter-se escusado. O príncipe despachou friamente à margem da consulta que «a nação francesa fizesse o arco do pórtico da Sé».

Recusou-se, pelo visto, o oferecimento duma esquadra francesa, feito anteriormente por Luiz XIV. A armada que ia buscar o duque era toda portuguesa, escolhida e vistosa.

Não estávamos ainda no tempo de D. João V, mas em Portugal, que havia mandado dois séculos antes uma embaixada sumptuosa a Leão X, quis mostrar-se que ainda por cá sabiam fazer-se as coisas com todo o luxo. Aprontou-se, pois, uma luzida esquadra de oito naus, os nomes dalgumas das quais não deixavam de ser gratos a italianos. Eram êles os de *S. Francisco de Assis*, *Santa Clara*, *Santo António de Padua*, e *S. Boaventura*. As outras naus chamam-se *S. Benedicto*, *Conceição*, *Santo António das Flores* e *S. Francisco de Borja*.

O chefe da embaixada era o duque de Cadaval ⁽¹⁾, general da esquadra o visconde de Fonte Arcada ⁽²⁾ e almirante o conde de S. Vicente. ⁽³⁾.

Capitaneavam as naus fidalgos de boa linhagem como D. João de Lencastre, Gonçalves da Costa Menezes, o marquês da Fronteira, de quem já falámos, o conde de Cuculim, Lourenço Nunes, D. João de Castro e Victorio Zagallo. Como se vê, todos ou quasi todos nomes brilhantes do Nobiliário Português.

⁽¹⁾ Era o primeiro do título. Chamava-se D. Nuno Alvares Pereira de Melo, nome que muito persistiu naquela grande casa ducal, e tinha mais os títulos de 4.º marquês de Ferreira e 5.º conde de Tentugal. O Ex.^{ma} Sr. Gastão de Melo de Matos, a quem devemos a indicação doutras interessantes fontes para o estudo dêste assunto, refere-se no seu trabalho *O último Almirante de Castela*, a uma colecção de copiógrafos da casa Cadaval, dos quais há na Biblioteca Nacional de Lisboa os VII e IX volumes. É possível que nalgum dêsses tomos qualquer coisa interessante se possa ler sobre a acção do 1.º duque em todo êste assunto do casamento da princesa D. Isabel. Aqui fica o apêlo a quem, com mais tempo e competência, procure dar sobre êle informes inéditos.

⁽²⁾ Era o grande cabo de guerra Pedro Jacques de Magalhães, agraciado em 1671 com êste título de Visconde de Fonte Arcada.

⁽³⁾ Era o segundo do título, Miguel Carlos de Távora, combatente também das guerras da Restauração.

Era notável deveras o luxo da nau-capitania, onde o duque devia embarcar.

Forraram-na de ouro por dentro e por fora, na proa e na popa, até ao lume de água, nos bordos até as portinholas das peças; a câmara da popa, pintada magnificamente pelos mais notáveis artistas de Portugal, que não descobrimos quem fôsem, era assoalhada de pau preto e de marfim; o mobiliário correspondia à decoração dos aposentos e não faltava o estandarte real de sêda, admiravelmente bordado.

O povo admirou ou ouviu dizer tôda a riqueza de ornamentação da nau que devia receber o duque, que êle baptizou pitorescamente, como costuma, com o nome de «Monte de Ouro».

O duque de Cadaval acompanhava-se dos fidalgos que iam já nomeados para funções palatinas junto do futuro esposo da sua soberana. Eram êles D. João de Almeida, veador; D. António Alvares da Cunha, trinchante; D. João de Sousa, sumilher da cortina; Baltazar Rebelo, escrivão da cosinha. Iam com os fidalgos doze moços de câmara, dezoito reposteiros, etc. Embarcaram como voluntários Francisco de Brito Freire, Tristão da Cunha Ataíde e D. João Diogo de Ataíde.

O povo de Lisboa viu sair a esquadra no dia 23 de Maio de 1682. Nos princípios de Junho ancorava tôda em Nice.

Entretanto o descontentamento dos saboianos havia provocado acontecimentos importantes em todo o país. Não era apenas o povo que via com maus olhos a partida do duque.

A nobreza conhecia bem, melhor que o povo, os projectos que se atribuíam a Luiz XIV, promotor de tal casamento, e reunia-se para o impedir. Naturalmente levou o povo a fazer motins e aproveitou uma ausência da duquesa viúva para alguns dos seus representantes falarem ao jovem duque. Êles fizeram ver as desvantagens para a Saboia de tal matrimónio que havia todo o interêsse em desmanchar.

Quando voltou a duquesa, encontrou uma situação de resistência, porventura reforçada com a attitude do próprio filho, e mandou prender os chefes da conspiração fidalga. Um dos presos era ministro da pequena côrte.

Não logrou todavia vencer a opposição cada vez mais forte, acirrada por fim pelas violências que se viu obrigada a fazer. E — diz-se — assim resolveu romper com o casamento, buscando pretexto que não escandalizasse a côrte portuguesa nem provocasse as iras de Luiz XIV. O pretexto foi a simulada doença do duque. Simulada? Exagerada? Como reagiu a diplomacia portuguesa?

O consciencioso historiador quasi coevo, D. António Caetano de Sousa, deu a seguinte versão official das causas do rompimento: ⁽¹⁾

«De Nice passou o duque de Cadaval a Turim, acompanhado de muitos senhores e cabos da armada e foi recebido com aquellas demonstrações d'obséquo e gôsto, que pedia um negócio em que Madame Real se empenhava. Achou ao duque de Saboia mal convalescido duma febre que padecera por quarenta dias com grande perigo de vida e, dilatando-se a restituição da saúde mais do que se desejava, mostrou-lhe o duque de Cadaval a impossibilidade da armada invernar nos portos da Itália e assim voltou para Lisboa.

«Êste foi o fim de uma negociação tão desejada pela princesa D. Maria Francisca, que quasi parecia indubitável a sua conclusão ⁽²⁾. Porém Deus que tinha decretado a felicidade da nossa monarquia, dispôs que o duque de Cadaval, então arrebatado do amor do seu príncipe, lhe persuadissem o quanto devia valer-se da ocasião que Deus lhe oferecia para desvanecer aquêl casamento, o que depois acreditou o tempo, como

⁽¹⁾ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VII, pág. 477.

⁽²⁾ Chegou a cunhar-se uma medalha comemorativa dêste casamento que assim se frustrou tão ruídosamente. Essa medalha está descrita e estampada na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, acima citada, tomo IV, pág. 490, e na *Memória das Medalhas e Condecorações Portuguezas*, de Manuel Bernardo Lopes Fernandes, pág. 15. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, na sua *Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes, etc.*, tomo II, nota 2, a pág. 43, também se lhe refere.

vimos. O conde da Ericeira, D. Fernando de Menezes, tão excelente escritor como político, referindo êste sucesso, diz: «Desempenhou o duque nesta acção as obrigações do seu sangue e o zêlo e amor da pátria que com a espada defendeu e assegurava com a prudência.»

O duque de Cadaval, que ainda prometia voltar na primavera seguinte ao Piemonte, saiu de Nice em 4 de Outubro e chegou ao Tejo em 3 de Novembro.

É claro que não voltou. E ninguém chorou o triste final de tão trabalhosas negociações, salvo as duas irmãs de Portugal e de Turim.

Quem lê o mais popular dos historiadores portugueses, que é Manuel Pinheiro Chagas, muito carecido de rectificações neste e noutros mais importantes pontos da história portuguesa, tem a impressão de que o desaire dêste malogro caiu todo sôbre Portugal. O historiador chega a falar em indignação do povo português, que ia até o ponto de se pensar em fazer guerra a Sabóia. Mas isto não condiz muito com a atitude de opposição que, desde o princípio, se fêz em Portugal a êste casamento. Parece que, ao contrário, todos deviam ter ficado satisfeitos com a saída dada ao caso.

Não sei a fé que podem merecer certas cartas que o Senhor d'Ancourt Padilha inclui nas suas *Memórias*, sendo aliás de considerar em seu abono que a sua família acompanhou de perto todo êste assunto. Êle, no seu livro, lá nos dá o seguinte texto duma carta de Madame Real para a irmã D. Maria Francisca:

«Eu li a S. A. R. o Senhor meu filho a vossa última carta, em que me dais conta que o casamento dos nossos filhos se não pode efectuar e lhe pedi licença, segundo as vossas ordens, para o declarar sem efeito, a qual me deu com tanta pena como admiração do irregular procedimento que se usou com êle, bem diferente das suas sinceras intenções e das que esperava achar nos outros.»

Queixa-se depois a duquesa do embaixador português, duque de Cadaval, que «frustrou êste negócio e publicou a altas

vozes por um modo injurioso a compleição dum príncipe em tão tenra idade e de quem êle recebera todo o acolhimento e a quem reconhecera por soberano. O tempo fará ver com facilidade as frívolas quimeras e descobrirá as razões particulares com que obram algumas pessoas com outros interesses distintos dos do Estado»—conclui ela. Puro fingimento tudo isto?

E pede que a irmã lhe faça embarcar a «cavalheirice» de S. A. R. sem insultos. ⁽¹⁾.



Entretanto o duque de Cadaval foi muito louvado em Portugal, possivelmente pelo partido contrário à rainha e às ligações muito estreitas com a França e vencedor por fim daquêlê, que nos andava ligando demais a Luís XIV. O mesmo louvor não mereceu Diogo de Carvalho Cerqueira, enviado de Portugal na Sabóia, que não informou o seu príncipe, a tempo, da doença do duque, o qual, segundo o relatório de Cadaval, não podia casar antes de passados quatro ou cinco anos.

D'Ancourt Padilha opina que «de não se efectuar o matrimónio devíamos dar graças a Deus». Porque?

Podemos confessar que as perspectivas políticas e diplomáticas de tal casamento não eram animadoras bastante e o que depois se passou confirmou-o bem.

Luís XIV pensava realmente muito na Sabóia. Ainda não estavam rôtas as relações do casamento da princesa com o

⁽¹⁾ A duquesa de Sabóia, na carta à irmã, reproduzida neste artigo da transcrição de d'Ancourt Padilha, não apelou em vão para o tempo. O duque Vítor Amadeu mostrou ser mais alguma coisa que o duque de Cadaval parece ter propagandeado em Portugal. Casou em 1684 com Ana de Orleans, sobrinha de Luiz XIV e teve descendência. Na política do seu tempo desempenhou um papel de certa importância, e, como se sabe, em guerra por fim com o próprio Luiz XIV. Foi o primeiro rei da Sardenha, em 1720. Disseram-no bravo soldado e notável administrador. Turim deve-lhe a sua Universidade.

duque e já Madame Real fazia combinações perigosas com o Rei-Sol, que o príncipe regente fugia a apreciar, mas que certamente o não teriam impressionado muito agradavelmente. A liga do rei de França por mais esta forma, via-o a opinião portuguesa, era a guerra infalível com Castela mais cedo ou mais tarde e — opina ainda d'Ancourt Padilha — este era o mais certo dote com que o duque de Sabóia entrava em Portugal, porque, tanto que El-Rei de França fizesse a guerra em Itália, era sem questão que nos havíamos de achar envolvidos nela.

E assim se perdeu todo o trabalho das duas princesas de Sabóia Nemours, para o casamento dos seus filhos, o qual ia representar uma união de duas corôas, que a situação de Portugal e a da Sabóia realmente não aconselhavam a nenhum dos países.

Não teria sido, a despeito das aparências, uma aproximação prometedora de convívio útil entre dois países de sangue irmão. Os tempos não davam para tais sonhos. A Sabóia não era ainda a Itália. O casamento do seu príncipe com a princesa de Portugal houvera precisamente retirado de Sabóia a dinastia que, pelo ramo de Tomás de Carignan, filho de Carlos Manuel I, unificou a Itália.

Teria sido para Portugal e para a Sabóia a repetição anti-pática, já então anacrônica, dessa política de união de estados pela união de príncipes que, se em França, na Inglaterra, proporcionou em tempos medievais a formação das duas grandes nações, o mesmo não representou para Portugal em 1580, porque Portugal havia já então marcado na história do mundo um lugar, que não lhe permitia uma subalternidade a Castela, na monarquia dual de Filipe II.



A rainha de Portugal não sobreviveu muito à sua derrota. Morreu em 1683.

E a política francesa em Portugal não morreu totalmente

com ela? Talvez não, porque, passados anos, Portugal começou por aceitar o duque de Anjou como rei de Espanha, pela morte de Carlos II. E, caso curioso, também a Sabóia seguiu até certa altura a política do Rei-Sol. Até certa altura como Portugal, porque, na guerra da Sucessão, D. Pedro, já então D. Pedro II, acabou por tomar, contra o neto de Luís XIV, o partido da Inglaterra e o do pretendente Carlos de Austria, aliado à Holanda e à Sabóia de Victor Amadeu II, precisamente o antigo noivo da princesa D. Izabel.

Esta é que continuou quasi em almoeda nas côrtes da Europa, para morrer solteira, ao fim de haver contado uns dezasseis ou dezassete noivos, que foram, entre outros e além dos citados, o duque de Bourbon, o conde de Vermendois, o príncipe de La Roche-sur-Yon, o próprio Luís XIV, o célebre rei polaco João Sobieski. Quando morreu, tinha já um irmãozinho, que lhe herdou, com alegria dela, a presunção duma corôa que muito lhe pesaria.

O estudo dêste quasi esquecido episódio da história diplomática portuguesa do século XVII mostra quanto carece de rigorosa verdade certa afirmação de muitos autores da «constância da aliança anglo-lusa de cinco séculos». É mera frase de brindes oficiais.

Já António Sardinha — que a morte prostrou antes dêle haver dado tôda a medida da sua gigantesca personalidade nas letras, na historiografia livre da influência maçónica do século XIX, na própria educação cristã e nacional da gente portuguesa — nos ensinou num dos seus livros que, vista com objectividade, esta aliança inglesa apenas data da quarta dinastia. Depois da vinda do medieval duque de Lencastre, aproximado do Mestre de Aviz por candidatura idêntica a um trono da Península, os ingleses não mais pesaram na política portuguesa até o século XVII. A Inglaterra foi estranha, em absoluto, à nossa epopeia dos grandes séculos XV e XVI.

E nessa própria quarta dinastia teve a aliança os seus eclipses. Para a obra da Restauração, a aliada procurada foi a França de Richelieu. Foi ainda a França, pacificada com a

Espanha, quem nos proporcionou a aliança com os Stuarts, depois das inimizades de Cromwell, a que Portugal não escapou, a despeito dum tratado então firmado. Outro dos eclipses da aliança foi este da regência de D. Pedro, em que a política portuguesa oscilava entre a França e a Espanha, mas não entre qualquer destes países e a Inglaterra. A guerra da Sucessão e o tratado de Methuen vieram depois.



Retrato da princesa Isabel Luísa Josefa por d'Ancourt Padilha:

«Unia a majestade com o amor, o respeito com o agrado, a ninguém escandalizava nem faltava em horar. Possuía a docilidade de génio, portentosa formosura, ⁽¹⁾ unindo o juízo à beleza. Era devota sem afectação, discreta sem vaidade.

«Falava espanhol, italiano e francês com perfeição e energia (o termo é de d'Ancourt Padilha). Dansava com a natural graça dos movimentos, sabia com destreza da música, trocava cravo com ciência, representava com suma bizarria. Era instruída na história universal, sagrada e profana, e, com muito mais fundamento, na do nosso reino.»

Morreu a princesa no dia 28 de Outubro de 1690 de prolongada doença que lhe sobreveiu depois dum ataque de bexigas. Contava portanto vinte e um anos de idade, pois nascera em 1669, em 6 de Janeiro, dia dos Reis Magos, coincidência da qual lhe tiraram um feliz horoscopo de corôa real que o tempo desmentiu. Baptizada em 22 de Março desse ano, teve por padrinho Luís XIV, representado no acto pelo seu em-

⁽¹⁾ O quadro de Josefa de Óbidos no Museu dos Coches Reais, se reproduz com alguma fidelidade as feições da malograda princesa, está longe de confirmar a sua «portentosa formosura». Pintou-se ali uma tímida e bondosa adolescente, de vulgar beleza, embora não lhe falte o que se chama «encanto pessoal», nascido sobretudo duns grandes olhos e de certa morbidez que nos prende um pouco.

baixador, o abade de Saint-Romain, que já sabemos ter sido o primeiro negociador de casamentos da princesa.

Viveu a princesa de Portugal em tempos que costumamos considerar sáfaros para a poesia portuguesa. Confessamos não conhecer qualquer tributo; cortezão ou plebeu, dos vates dêsses tempos a tanta virtude, saber e beleza, que quasi um século depois celebrou a prosa empolada do senhor d'Ancourt Padilha ⁽¹⁾. Mas não faltou decerto qualquer composição de poeta ou poetrasto, de carácter epitalâmico, ⁽²⁾ nos actos solenes do seu ajustado matrimónio.

Dois séculos e meio depois da sua morte, fica-lhe nestas colunas um arrastado soneto, sob o seu nome, propositadamente cingido a duas rimas, obra ainda inédita do autor deste artigo, um pouco apaixonado pela figurinha desta régia noiva de tanto príncipe e que ficou afinal noiva da Morte.

Ei-lo, para fim desta Miscelânea de cousas históricas:

D. ISABEL, PRINCESA DE PORTUGAL

Repudiada Infanta dum marido
que não a vira, longe a não amava,
o mundo a teve em tôda a vida escrava
dum turbilhão de enganos mal havido.

Sua almoeda humilhadora e brava
de terra em terra, em côrtes de alarido,

⁽¹⁾ Quasi pode dizer-se que ficou a pesar sobre esta princesa a sombra antipática da mãe, que historiadores de hoje procuram reabilitar, quigá com justiça, mas com poucas probabilidades de êxito. Em história as mentiras divulgadas e acreditadas ficam valendo mais que as verdades de meia dúzia de historiadores caturras. A reabilitação não passa dessa meia dúzia. Ao povo nada chega e, se chega, não o convence.

⁽²⁾ Sofreu, pelo menos, a irreverência do pasquim que, segundo o autor das *Mostruosidades do Tempo e da Fortuna*, apareceu um dia à porta da Capela Real e assim dizia:

«Falar-me em casamento
isso he falar ao vento.»

quanta chorou, fatal, desiludido
seu coração que noivos não tocava?...

Noiva porém, que a Morte tem escolhido
para o seu leito, ao fim se lhe entregava,
mudo a protesto o rosto comovido;

e assim noivou com quem a procurava,
o beijo dando ao beijo ressequido
que ela sabia — não a enganava...

E, em maré de poesia e de princesas de Portugal e de Itália,
a propósito ainda duma evocação recente do Sr. Dr. Rossi,
ilustre leitor do Instituto de Cultura Italiana em Portugal, na
qual se recordaram os poetas que românticamente celebraram
a última princesa de Sabóia, rainha de Portugal, a senhora
D. Maria Pia, seja-me lícito acrescentar uma sincera homena-
gem minha às últimas rainhas portuguesas, não já à maneira
lírica de Luís de Campos ou de Fernandes Costa, mas como
recordação sentida da hora mais trágica que D. Maria Pia de
Sabóia viveu, a hora em que lhe mataram um filho e um neto.

Então se contou que, avisada da tragédia do Terreiro do
Paço, correu da Ajuda, onde residia, ao Arsenal da Marinha,
para onde tinham sido levados os corpos de El-Rei D. Carlos
e do príncipe D. Luís Filipe. Encontrou primeiramente a nora,
a Rainha Senhora D. Maria Amélia de Orléans, e gritou-lhe:

— *Madame, on a tué mon fils...*

— *Et le mien aussi*, respondeu a outra Rainha.

Este doloroso facto é recordado pelo seguinte soneto, tam-
bém inédito:

AS DUAS RAINHAS

— Senhora, assassinaram o meu filho ...

— Também o meu caiu assassinado ...

E as duas Mães choraram lado a lado
queridos olhos de apagado brilho ...

Duma oração do sangue derramado,
de luto igual em tormentoso trilho
de ignaro povo e trágico rastilho,
o mesmo dó as junta e o mesmo brado ...

E pela tarde em súplice horizonte
as duas Mães ergueram para os céus
da sua queixa o pranto que as redime ...

— Oh Mães de Portugal, curvai a fronte !
Duas Rainhas choram filhos seus
e nossos Reis varados pelo crime ...

SIDÓNIO MIGUEL